



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES DE JARAMATAIA
CNPJ.: 04.390.828/0001-54

RUA DO COMÉRCIO, 184-CENTRO- CEP.: 57.425-000- JARAMATAIA/AL

TERMO DE CONTRATO Nº 003/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE JARAMATAIA E RENATO PRADO PINTO FILHO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JARAMATAIA - AL, com sede na Rua do Comercio, 184, Centro, Jaramataia/AL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.390.828/0001-54, neste ato representada pela Presidente da Câmara, Márcia Barbosa de Oliveira Ferreira, brasileira, casada, vereadora, Carteira de Identidade nº 356878 SSP-AL, CPF nº 295.165.444-87.

CONTRATADA: Renato Prado Pinto Filho, brasileiro, casado, Analista de Sistemas residente à Rua Industrial José Otávio Moreira, nº 73 - Ap. 704 - Jatiúca - Maceió/AL, inscrito no CPF (MF) sob o nº 032.403.894 - 10.

Os CONTRATANTES, nos termos do Processo Administrativo e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso III, e da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação dos serviços de Implantação e Treinamento com a Manutenção e Suporte Técnico de Sistema de Gerenciamento de Protocolo e Ficha Funcional destinados as atividades da Câmara Municipal de Jaramataia - AL e na proposta os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. Este Termo de Contrato tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contados da data da assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato será em três parcelas de iguais valores de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), perfazendo um valor global de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MBP *P.*



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES DE JARAMATAIA
CNPJ.: 04.390.828/0001-54

RUA DO COMÉRCIO, 184-CENTRO- CEP.: 57.425-000- JARAMATAIA/AL



4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara de Vereadores de Jaramataia, na classificação abaixo:

ÓRGÃO - 01 CÂMARA MUNICIPAL DE JARAMATAIA - AL

Unidade 01.10 - CÂMARA MUNICIPAL DE JARAMATAIA - AL

Projeto Atividade 2.001 - Manutenção da Atividades da Câmara Municipal de Jaramataia - AL

Elemento de despesa: 339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.5.1. Não produziu os resultados acordados;

5.5.2. Deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES DE JARAMATAIA
CNPJ.: 04.390.828/0001-54

RUA DO COMÉRCIO, 184-CENTRO- CEP.: 57.425-000- JARAMATAIA/AL



5.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

5.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela Contratada são aqueles previstos no Termo de Referência na proposta.

7.2. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da Ordem de Execução.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.5.1. Na hipótese de não se proceder à verificação a que se refere o subitem anterior dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

[Handwritten signatures]



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES DE JARAMATAIA
CNPJ.: 04.390.828/0001-54

RUA DO COMÉRCIO, 184-CENTRO- CEP.: 57.425-000- JARAMATAIA/AL



7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e na proposta.

8.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

8.4.1. Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

8.4.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

8.4.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais, equipamentos e utensílios utilizados;

8.4.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

8.4.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

8.4.6. A satisfação da Administração usuária.

8.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES DE JARAMATAIA
CNPJ.: 04.390.828/0001-54



RUA DO COMÉRCIO, 184-CENTRO- CEP.: 57.425-000- JARAMATAIA/AL

- 9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 9.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e na proposta;
- 9.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

10. CLÁUSULA DEZ - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratada:

- 10.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta;
- 10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 10.1.4. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 10.1.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11. CLÁUSULA ONZE - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que:
- 11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. Cometer fraude fiscal;

Handwritten signature and initials



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES DE JARAMATAIA
CNPJ.: 04.390.828/0001-54

RUA DO COMÉRCIO, 184-CENTRO- CEP.: 57.425-000- JARAMATAIA/AL



- 11.1.6. Não manter a proposta;
- 11.1.7. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- 11.1.8. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- 11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 11.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.
- 11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade

12. CLÁUSULA DOZE – RESCISÃO

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.4. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES DE JARAMATAIA
CNPJ.: 04.390.828/0001-54

RUA DO COMÉRCIO, 184-CENTRO- CEP.: 57.425-000- JARAMATAIA/AL

13. CLÁUSULA TREZE – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à Contratada:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e nas demais normas de licitações e contratos administrativos, além de, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Major Isidoro – AL.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Jaramataia (AL), em 22 de março de 2018.

Marcia Barbosa de Oliveira Ferreira

CÂMARA MUNICIPAL DE JARAMATAIA – AL

CONTRATANTE

Renato Prado Pinto Filho

Renato Prado Pinto Filho

CONTRATADA

Testemunha

TESTEMUNHA - CPF Nº 516.505.504-30

Testemunha

TESTEMUNHA - CPF Nº 200.785-134-49



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA DE VEREADORES DE JARAMATAIA
CNPJ.: 04.390.828/0001-54
RUA DO COMÉRCIO, 184-CENTRO- CEP.: 57.425-000- JARAMATAIA/AL



**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA
MUNICIPAL DE JARAMATAIA E O
SR. RENATO PRADO PINTO FILHO**

A Câmara Municipal de Jaramataia/AL, ente público municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 04.390.828/0001-54, com sede na Rua do Comércio, 184-Centro- Cep.: 57.425-000-Jaramataia, Estado de Alagoas, representada por sua Presidente a Sr.ª. **Márcia Barbosa de Oliveira Ferreira**, portadora do CPF n.º 295.165.444-87, doravante denominada de **CONTRATANTE**, no de sua competência que lhe foi atribuída, vem **RESCINDIR AMIGAVELMENTE**, o Contrato n.º. **003/2018**, firmado com o Sr. **Renato Prado Pinto Filho**, portador do n.º 032.403.894-10, doravante **CONTRATADO**, em consonância com o que dispõe o Art.79, inciso II, da Lei 8.666, de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: o presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do contrato celebrado com o Sr. **Renato Prado Pinto Filho**, decorrente do Contrato n.º. 003/2018, para prestação de serviços de Hospedagem, Implantação, Treinamento, serviço de manutenção e Suporte Técnico de Sistema de Gerenciamento de Protocolo e Ficha Funcional, destinados às atividades da Câmara Municipal de Jaramataia/AL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL: o presente Termo tem amparo legal no Art.79, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DOS EFEITOS: O presente Termo terá vigência e produzirá seus respectivos efeitos a partir da data de sua assinatura.

Depois de lido e achado conforme foi o presente Termo de Rescisão lavrado em duas (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram. Jaramataia/AL, 28 de junho de 2018.

Márcia Barbosa de Oliveira Ferreira

Márcia Barbosa de Oliveira Ferreira
Presidente

Renato Prado Pinto Filho

Renato Prado Pinto Filho
Contratado

Testemunhas:

1. *Felipe de Freitas de Alencar*
CPF:

516.505.504-30

2. *Renato Prado Pinto Filho*
CPF: 210.785.134-49